

INTRODUÇÃO

O *Rating* tem por objetivo fornecer uma opinião acerca do nível de risco de crédito de curto e/ou de longo prazo de uma instituição financeira. Amparado inicialmente em um modelo de *score* estatístico, com base em informações contábeis de todas as instituições financeiras atuantes no País e o emprego de análise discriminante e parametrização de indicadores de desempenho, divididos por decis, comparando a instituição financeira com o mercado e seu *Peer Group*, a Austin vem aprimorando constantemente sua metodologia, incorporando informações adicionais aos dados presentes nas demonstrações financeiras.

O processo analítico para a atribuição de um *rating* agrega, ao *score* estatístico, a avaliação de informações quantitativas - adicionais às demonstrações financeiras disponíveis ao público - e aspectos qualitativos, via de regra, obtidos por meio de um questionário padronizado, enviado pela Austin Rating ao responsável pelo banco em análise (ver questionário anexo).

Os *ratings* atribuídos pela Austin Rating aos bancos brasileiros obedecem a uma escala de classificação nacional e servem como parâmetro de comparação entre instituições bancárias atuando no país e, eventualmente, com atividades no exterior. A escala da Austin não leva em conta, e tampouco se limita, ao *rating* soberano do país, este empregado como teto para *ratings* internacionais. Cabe lembrar que os *ratings* atribuídos na escala nacional não são comparáveis com bancos atuando em outros países.

PROCESSO ANALÍTICO DE RATING

O processo analítico tem início com o recebimento de demonstrações financeiras recentes e das informações solicitadas no questionário. Endereçadas ao analista responsável pela elaboração de relatório de análise, as informações são assimiladas em conjunto com a leitura das demonstrações contábeis, de onde partem questões pontuais a serem respondidas ao longo do processo de *due diligence* realizada por dois analistas da Austin Rating, junto às pessoas autorizadas e qualificadas para responder pela instituição (para maiores esclarecimentos sobre o processo analítico, consultar o processo de análise no *site* www.austin.com.br).

A análise é feita primordialmente a partir de informações públicas e confidenciais obtidas em reuniões de diligência com o primeiro escalão da administração da instituição. Afora o contato com estes interlocutores, outras fontes relevantes de informação são o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a SUSEP, a Bolsa de Valores de São Paulo, a Bolsa de Mercadorias e Futuros, a imprensa geral e especializada, entidades de classe, associações de analistas e troca de informações com pares de mercado. A Austin Rating organizou o processo analítico amparado em uma visão *top down*, levando em conta, além dos fatores políticos, macroeconômicos, setoriais e regulatórios aplicados às instituições financeiras, os aspectos qualitativos e quantitativos intrínsecos ao banco em análise.

Ambiente Político e Macroeconômico

A avaliação de risco das instituições financeiras tem como base as análises de conjuntura e as projeções macroeconômicas elaboradas pelo Departamento de Economia responsável pela avaliação de risco soberano na Austin Rating. Em seu escopo, o departamento econômico da Austin Rating, considera a situação política doméstica e internacional e seu efeito na economia. São levados em conta os vários aspectos da conjuntura econômica e os desafios de curto e longo prazos na agenda governamental e do Banco Central do Brasil, com maior ênfase na condução da política monetária do País, as perspectivas de crescimento econômico e seu reflexo na expansão agregada da atividade creditícia, no nível das taxas de juros, câmbio e inadimplência.

Setorial e Regulatório

São realizados estudos setoriais versando sobre aspectos regulatórios relevantes e seu impacto no dia-a-dia das instituições, sobre produtos e serviços bancários específicos, desempenho e tendências relevantes do setor bancário, aspectos necessários para contextualizar a condução e o desempenho das atividades bancárias no País.

A Austin acompanha periodicamente os movimentos de concentração bancária e as aquisições realizadas pelas instituições financeiras, de forma a medir o grau de competitividade em geral e em determinados nichos de atuação. Sob o ponto de vista regulatório, avaliamos a regulamentação bancária mais representativa aplicada, os mecanismos disponíveis à autoridade monetária, de modo a preservar a solvência do sistema, o histórico e a qualidade da supervisão bancária. Mantemos um canal aberto de comunicação com as autoridades fiscalizadoras, no que tange à metodologia de análise de instituições financeiras e na atualização das principais mudanças no entorno regulatório em âmbito nacional e internacional.

ANÁLISE DOS FATORES QUANTITATIVOS

Análise das Demonstrações Financeiras

A análise dos fatores quantitativos consiste na interpretação das demonstrações financeiras da instituição, nos últimos cinco anos, somada às estimativas de sua base patrimonial e resultados dentro de um horizonte de três anos.

Buscamos identificar na análise do balanço patrimonial as particularidades de seu segmento de atuação, traduzidas em uma maior participação de determinadas contas na sua estrutura de ativos, além de certas modalidades de captação no passivo. A Austin classifica as instituições em cinco segmentos, a saber: varejo, atacado e negócios, *middle market*, financiamento e público. Os bancos de varejo classicamente se definem como dotados de uma rede convencional de agências como seu principal canal de distribuição e um número pulverizado de clientes pessoas físicas e jurídicas. Os bancos de atacado e negócios abrangem as instituições cuja captação encontra-se mais concentrada, possuem um número reduzido de agências, em geral aéreas, e foco em clientes pessoas jurídicas com empréstimos de curto prazo e/ou linhas de financiamento externas relacionadas ao comércio exterior. Os bancos de tesouraria se notabilizam pelo peso destacado das operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos, realizando ou não operações de crédito. Os bancos de financiamento têm seu foco em operações de crédito específicas de longo prazo para a aquisição de bens de consumo durável e bens de capital ou de crédito direto ao consumidor e crédito pessoal. Os bancos públicos, semelhantemente aos bancos de varejo, possuem rede de agências convencionais e oferecem uma vasta gama de produtos e serviços bancários e financeiros aos clientes, mas que, pelo fato de possuírem o controle estatal, ao contrário dos bancos privados, atendem ao governo em seus programas específicos de cunho social, por exemplo.

Captação

Avaliamos a estrutura de *funding* da instituição segundo as modalidades presentes em seu passivo, focando a análise na sua composição por fonte, modalidade, investidor, moeda, indexador, *ticket* médio, prazo, localização geográfica e grau de pulverização em torno dos maiores clientes. Medimos a capacidade da instituição em renovar seus depósitos e empréstimos, a fidelização de sua clientela passiva e a participação dos acionistas como aplicadores no banco e de fundo de investimentos geridos pela instituição e/ou empresa controlada como compradores de papéis emitidos pelo banco.

Avaliamos as alternativas de *funding* da instituição via CDB, interbancário, FIDCs, cessões e captações externas. Quanto mais eficiente e diversificada a estrutura de captação da instituição, mais preparada estará em cenários adversos.

Captação de Recursos

Estruturas Alternativas da Captação (CDBs, FIDCs, Externo, Cessão, Repasses etc.)

Concentração do *funding*

Prazo médio e Taxa de captação

Ativo

Pela estrutura geral dos ativos da instituição, focamos nossa análise nas contas de maior destaque e aquelas com variação relevante em um período de comparação, tendo como base a última situação patrimonial da instituição. A carteira de crédito é detalhada nas suas modalidades, medindo-se o peso de cada uma delas e sua evolução. Avalia-se o prazo dos créditos, seus indexadores, seu grau de pulverização ou concentração em grandes clientes e/ou setores. Comparamos a qualidade de crédito em vários períodos, segundo as regras de classificação exigidas pelo órgão regulador. Medimos o nível de provisionamento histórico realizado pela instituição e sua conformidade com o perfil da carteira e em relação aos seus pares. Analisamos a recorrência e o propósito do mecanismo de securitização como cessões de crédito adotadas pela instituição, seja para empresas securitizadoras pertencentes ao conglomerado financeiro ou a terceiros, seja com o lançamento de fundos de investimento de direitos creditórios, tendo a instituição como originador dos recebíveis. Analisamos a composição e evolução dos ativos líquidos presentes na carteira de títulos e valores mobiliários e nas aplicações imediatas em títulos públicos e/ou depósitos interfinanceiros, com destaque para o prazo de vencimento, indexador e finalidade da aplicação (*trading* proprietário e/ou gestão de liquidez no mercado aberto e/ou no interbancário).

Aplicação dos Recursos

Segmentos de atuação

Concentração da carteira de crédito

Prazo médio da Carteira

Capitalização

Acompanhamos a estrutura e a evolução patrimonial da instituição, com base na demonstração das mutações do Patrimônio Líquido. Damos ênfase à composição e ao crescimento do capital social e nas reservas de lucros. Em linha, quando presentes, atentamos ao peso dos instrumentos híbridos de capital (dívida subordinada) e no aumento de capital realizado pelos acionistas. Alinhamos a composição acionária da instituição com nossa metodologia de Governança Corporativa, no que esta concerne à estrutura da propriedade, aos direitos e relação da instituição com os acionistas e a responsabilidade da gestão para com os vários agentes com quem se relaciona, dentre eles os acionistas. Avaliamos a composição do PL (capital puro e dívida subordinada) que faz parte do cálculo do indicador de adequação de capital, segundo as regras do Comitê da Basileia. Acompanhamos a evolução deste indicador para a instituição avaliada, em relação aos seus pares e o mínimo estabelecido pela autoridade bancária no país. Consideramos neste tópico, a presença ou não de instrumentos alternativos de crescimento dos ativos, como o emprego de cessões de crédito com ou sem coobrigação ou o funcionamento de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios. Do mesmo modo, o histórico e a capacidade da instituição em construir acordos declarados ou não declarados com parceiros de mercado e/ou com empresas financeiras não consolidadas no balanço local, como veículos de securitização de ativos e seu reflexo na liquidez, no risco de crédito, na rentabilidade, eficiência e crescimento da instituição. Acompanhamos a base patrimonial, em sintonia com os níveis de imobilização exigidos pela autoridade regulatória e o peso e a evolução das reservas, frutos de reavaliação de ativos, da reversão de provisões e da política de provisionamento (conservadora/pouco conservadora) para créditos, valorização/desvalorização de títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos contingentes, aumentando/reduzindo em tese o lucro líquido declarado e, por conseguinte, o PL da instituição. Medimos o impacto da política e distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital. Em sintonia com a evolução regulatória em

nível local e/ou mundial, medimos a compatibilidade das instituições ao nível mínimo de capitalização exigido localmente e a sua capacidade para fazer frente à adoção de novos elementos de ponderação para os riscos de crédito, mercado e operacional, emanados do que se convencionou no mercado como Basileia II.

Resultado

Efetuamos uma avaliação geral do desempenho da instituição, buscando identificar quais foram os fatores que determinaram o resultado no período em análise, em princípio, se originados de ganhos/perdas recorrentes ou não recorrentes preponderantemente. Medimos a evolução e o peso das receitas com crédito, a composição do *mix* de modalidades, a composição da receita entre taxa média e volume médio no período. O mesmo tratamento se aplica às outras fontes de receita da intermediação financeira, a saber, com títulos e valores mobiliários, operações de câmbio e arrendamento mercantil. Da mesma forma, realizamos a mesma análise para as despesas relacionadas com os passivos remunerados. Damos atenção aos efeitos das variações cambiais nos saldos de receitas/despesas reportados na demonstração de resultados. Analisamos a constituição das provisões para créditos de liquidação, em sintonia com as cessões de crédito realizadas, com as baixas e recuperações de crédito efetuadas no semestre/exercício. Em paralelo às receitas da intermediação, avaliamos a composição e desempenho das receitas com prestação de serviços e sua recorrência como elemento de diversificação das atividades da instituição. As despesas operacionais merecem destaque na análise, com vistas a medirmos a eficiência na gestão de custos da instituição e a geração de lucro na operação bancária e financeira. Medimos a evolução das despesas, associando-as, por um lado, à política de remuneração e ao número de colaboradores e prestadores de serviços - verificamos a distribuição dos colaboradores entre as áreas comercial e de suporte – e, por outra parte, à expansão ou descontinuidade dos pontos de venda, ao pagamento de comissões de vendas, a gastos relacionadas com a manutenção e atualização do parque informático e sistemas computacionais, bem como os gastos de manutenção e funcionamento da operação. Damos atenção particular à contabilidade fiscal da instituição, uma vez que o resultado contábil do período pode ter sido originado de uma base credora de imposto de renda e contribuição social. O resultado líquido é comparado a períodos similares, com o intuito de identificarmos a consistência ao longo do tempo de desempenho e rentabilidade da instituição.

Quando realizamos a análise dos resultados do banco primeiramente dividimos em grupos determinantes estruturais e secundários do resultado conforme demonstrado a seguir:

Determinantes estruturais da lucratividade

Origem nas atividades operacionais

Receitas sustentáveis/Despesas recorrentes

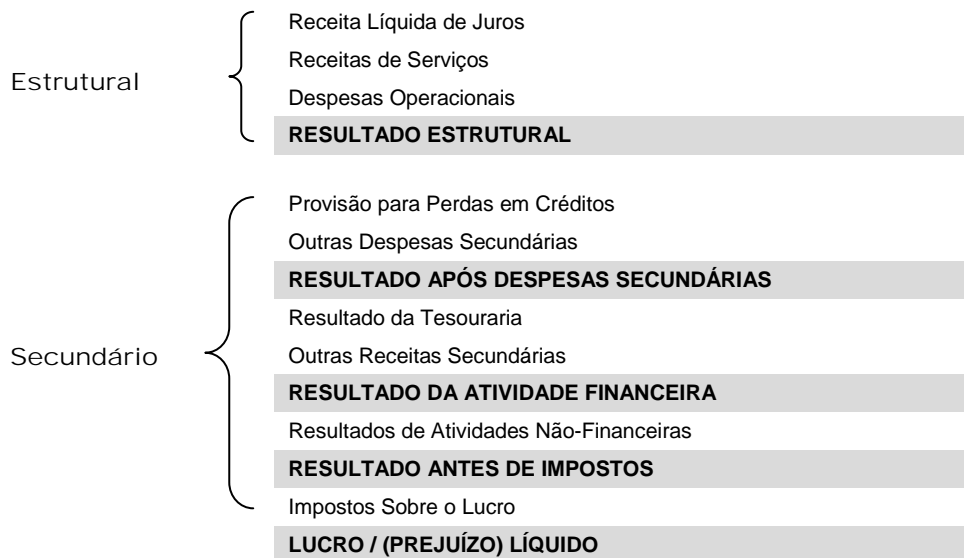
Pouco suscetíveis a manipulação

(Ex: Receita Líquida de Juros, Receita Serviços e Despesas Operacional)

Determinantes secundários da lucratividade

Não satisfazem algum dos critérios acima

(Ex: Resultado não Operacional, Receitas não sustentáveis, Despesas não recorrentes e Itens suscetíveis a manipulação)



O próximo passo é avaliar a situação financeira e as possíveis conclusões acerca do banco:

Satisfatória

Resultados cobrem o custo do capital

Resultados têm origem em fontes sustentáveis

Modificações adversas relevantes não prejudicam seriamente a lucratividade

Conclusão:

Demonstradamente viáveis

Deterioração improvável

Insatisfatória

Resultados não cobrem o custo do capital

Resultados dependem de fontes não sustentáveis

Modificações adversas relevantes prejudicam seriamente a lucratividade

Conclusão:

Viabilidade Precária

Possibilidade de Deterioração

Altamente Insatisfatória

Resultados negativos recorrentes

Dependência de receitas não sustentáveis para cobrir despesas correntes

Modificações favoráveis relevantes insuficientes para restabelecer lucratividade

Conclusão:

Inviáveis

Insolvência Provável

Análise de Indicadores de Desempenho

Como subsídio importante para a análise das instituições financeiras, a Austin faz uso de indicadores de desempenho para cada um dos segmentos mencionados anteriormente. A utilização de indicadores torna necessário o estabelecimento de parâmetros de desempenho, ou indicadores-padrão, os quais objetivam constituir um referencial que possibilite a comparação dos indicadores do banco analisado com uma medida específica de desempenho.

Para a correta avaliação das variações dos demonstrativos financeiros e dos indicadores de desempenho de um banco, a Austin Rating compara os seus índices de desempenho com padrões de desempenho (decis) de bancos do mesmo segmento de atuação. A forma estatística utilizada para definir os padrões é a mediana, a qual não apresenta os inconvenientes típicos de cálculos de média.

Em suas análises, a Austin Rating pondera 33 indicadores, resultantes de análise discriminante com indicadores de diversas instituições brasileiras. Estes índices relativos revelam diversos aspectos de um banco, tornando possível uma identificação precisa de sua situação econômico-financeira. Os indicadores financeiros estão reunidos em seis grupos e contribuem em conjunto com a tradicional análise horizontal e vertical para avaliar quantitativamente a instituição financeira.

Para o estabelecimento desses padrões, o primeiro passo consiste no cálculo dos indicadores de desempenho de um determinado segmento de atuação.

Indicadores de Adequação do Capital

Avaliam a adequação dos recursos próprios da instituição.

Capitalização =	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Captação Total}}$
Imobilização =	$\frac{(\text{Ativo Permanente} - \text{Imobilizado Arrendamento})}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Capital de Giro =	$\frac{(\text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Permanente})}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Alavancagem =	$\frac{(\text{Captação Total} - \text{Carteira de terceiros})}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Indicadores de Liquidez

Avaliam se a instituição possui recursos em dinheiro e/ou aplicados para fazer frente aos depósitos e captações.

Encaixe =	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Depósitos à Vista}}$
Dependência do Interbancário =	$\frac{\text{Depósitos Interbancários}}{\text{Captação Total}}$

Solvência Corrente =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
GAP de Prazo =	$\frac{\text{Realizável LP}}{(\text{Exigível LP} + \text{PL})}$
Liquidez Imediata =	$\frac{(\text{Disponibilidades} + \text{Aplicação Interfinanceira de Liquidez} + \text{Títulos e Valores Mobiliários})}{(\text{Depósitos Totais} + \text{Captação Mercado Aberto})}$

Indicadores de Qualidade da Carteira de Crédito

Avaliam a qualidade dos ativos da instituição, no que se refere a créditos concedidos e se a instituição adota uma política conservadora de provisionamento e se o patrimônio está comprometido com os créditos problemáticos.

Inadimplência =	$\frac{\text{Crédito em atraso rating D-H}}{\text{Operações de Crédito Total}}$
Provisionamento =	$\frac{\text{Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa}}{\text{Operações de Crédito Total}}$
Cobertura com Provisões =	$\frac{\text{Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa}}{(\text{Operações Crédito de Liquidação Duvidosa} + \text{Atraso})}$
Comprometimento =	$\frac{(\text{Operações Crédito de Liquidação Duvidosa} + \text{Atraso})}{(\text{PL} + \text{Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa})}$
Write-Off / Crédito Bruto =	$\frac{\text{Créditos Baixados contra Provisões}}{\text{Operações de Crédito Total}}$

Indicadores de Custo e Eficiência

Avaliam a estrutura de custos do banco (captação, pessoal, administrativo e eficiência).

Intermediação =	$\frac{\text{Despesa da Intermediação Financeira}}{\text{Captação Total}}$
Pessoal =	$\frac{\text{Despesa com Pessoal}}{\text{Captação Total}}$
Administrativo =	$\frac{\text{Despesas Administrativas}}{\text{Captação Total}}$

Operacional =	$\frac{(\text{Despesas de Pessoal} + \text{Administrativas})}{\text{Ativo Total}}$
Custo Total =	$\frac{(\text{Despesa da Intermediação Financeira} + \text{Pessoal} + \text{Adm.} + \text{Tributária})}{\text{Captação Total}}$
Eficiência =	$\frac{(\text{Despesas de Pessoal} + \text{Administrativas})}{(\text{Resultado da Intermediação Financeira} + \text{Receita de Serviços})}$

Indicadores de Rentabilidade

Avaliam se o resultado auferido está condizente com o segmento de atuação.

Geração de Rendas =	$\frac{\text{Receita da Intermediação Financeira}}{\text{Aplicação Total}}$
Margem Bruta =	$\frac{\text{Resultado Bruto da Intermediação Financeira}}{(\text{Receita da Intermediação Financeira} + \text{Receita de Serviços})}$
Margem Operacional =	$\frac{\text{Resultado Operacional}}{(\text{Receita da Intermediação Financeira} + \text{Receita de Serviços})}$
Margem Líquida =	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{(\text{Receita da Intermediação Financeira} + \text{Receita de Serviços})}$
Rentabilidade do PL =	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Retorno sobre Ativo =	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
Rentabilidade da Atividade Bancária =	$\frac{(\text{Resultado Operacional} - \text{Resultado Equivalência} - \text{Outras Receitas})}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Indicadores de Gestão

Avaliam a eficiência da gestão e o posicionamento estratégico da instituição.

Crescimento do PL =	$\frac{\text{PL ano atual}}{\text{PL ano anterior}}$
Spread =	$\frac{\text{Geração de Renda}}{\text{Custo da Intermediação}}$

Rentabilidade Câmbio =	Resultado de Câmbio ----- Carteira de Câmbio
Rentabilidade Tesouraria =	(Resultado Títulos e Valores Mobiliários + Rendas Aplic. Interfinanc. de Liquidez) ----- (Aplicação Interfinanceira de Liquidez + Títulos e Valores Mobiliários)
Concentração em Crédito =	(Operações de Crédito + Outros Créditos) ----- Aplicação Total
Geração de Caixa/ PL =	(LL + Depreciação + DPCLD + Rev. Provisão - Res. Cont. Colig.) ----- Patrimônio Líquido

Exemplo Ilustrativo

Após o cálculo de todos os indicadores de desempenho, utilizamos o modelo estatístico conhecido como decis, conforme demonstrado a seguir.

Supondo que os índices de rentabilidade encontrados para trinta instituições financeiras foram:

20,0	84,0	13,0	71,0	77,0	11,0
89,0	90,0	116,0	2,0	214,0	51,0
33,0	90,0	87,0	14,0	67,0	30,0
75,0	96,0	99,0	36,0	45,0	66,0
14,0	41,0	76,0	184,0	77,0	230,0

Então, os indicadores encontrados são colocados em ordem crescente. No exemplo acima, tem-se:

2,0	11,0	13,0	14,0	14,0	20,0
30,0	33,0	36,0	41,0	45,0	51,0
66,0	67,0	71,0	75,0	76,0	77,0
77,0	84,0	87,0	89,0	90,0	90,0
96,0	99,0	116,0	184,0	214,0	230,0

O passo seguinte é a determinação dos decis. O primeiro decil é o elemento que deixa 10% dos elementos abaixo de si e 90% acima. No exemplo apresentado, 10% são 3 elementos e 90% são 27 elementos; portanto o primeiro decil será uma média dos elementos 13,0 e 14,0, ou seja, o primeiro decil será 13,5.

O segundo decil é o elemento que deixa 20% dos elementos abaixo de si e 80% acima. Como, neste exemplo, tem-se 30 elementos, 20% são 6 elementos e 80% são 24 elementos; portanto, o segundo decil será uma média dos elementos

20,0 e 30,0, ou seja, o segundo decil será 25,0. O mesmo procedimento é válido para o cálculo dos 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º decis.

A mediana é o nome estatístico do quinto decil, ou seja, a mediana é o elemento que deixa 50% dos elementos abaixo de si e, em consequência, outros 50% acima de si. No exemplo apresentado, 50% são 15 elementos; portanto, a mediana será uma média dos elementos 71,0 e 75,0. Ou seja, a mediana será 73,0.

No exemplo apresentado, os decis são:

1º Decil	13,5
2º Decil	25,0
3º Decil	38,5
4º Decil	58,5
Mediana	73,0
6º Decil	77,0
7º Decil	88,0
8º Decil	93,0
9º Decil	150,0

Interpretando os números obtidos, tem-se que o número 38,5 no 3º decil indica que 30% das instituições, nesse exemplo, apresentam imobilização inferior a 38,5% e 70% das instituições, imobilização superior. A mediana indica que 50% das instituições têm imobilização inferior a 73,0% e a outra metade imobilização superior a 73,0%. No caso do índice de imobilização, quanto maior seu valor pior seu conceito. Dessa forma, uma instituição que tenha, neste exemplo, um indicador de imobilização de 95,0% terá imobilização deficiente.

1º Decil	}	Ótimo
2º Decil		
3º Decil	}	Bom
4º Decil		
Mediana		Razoável
6º Decil		
7º Decil		Insatisfatório
8º Decil		
9º Decil		Deficiente

ANÁLISE DE FATORES QUALITATIVOS

Controle Acionário

Buscamos com este tópico nos familiarizarmos com os antecedentes dos acionistas, sua experiência profissional e habilitação para exercer funções no setor bancário. Avaliamos a sua situação financeira individual e o comprometimento financeiro com a instituição. Analisamos a estabilidade do quadro acionário e a situação sucessória. A cada *due diligence*, atualizamos o quadro acionário e buscamos identificar mudanças relevantes capazes de afetar a estratégia em curso, os riscos do negócio, segundo o peso decisório de um ou mais acionistas; informamo-nos sobre as atividades do(s) acionista(s), seus projetos pessoais e empresariais e litígios familiares que poderiam impactar na continuidade do negócio.

Suporte

Analisamos a capacidade, a disposição e a possibilidade, por parte dos acionistas e/ou das autoridades monetárias e governamentais, de suportar o banco com recursos, de maneira tempestiva, caso este venha a necessitar, de modo a mantê-lo em funcionamento. Alternativamente, avaliamos, no caso de bancos cuja propriedade pertence a acionistas com atividades em outro(s) setor(es) da economia, se os recursos são retirados da instituição para suportar dificuldades em outras empresas. Levando em conta este suporte, dentro do entorno regulatório vigente no país, admitindo vir a se tratar de problemas de natureza sistêmica motivados pela conjuntura macroeconômica desfavorável e/ou imposições regulatórias afetando o setor. A Austin não atribui *rating* específico de suporte e tampouco *rating* individual de solidez financeira, sendo portanto o peso e a relevância deste tópico maior ou menor, segundo o grau de solidez financeira intrínseca da instituição. Ambos os elementos, a solidez financeira intrínseca e o suporte, encontram-se materializados nesta metodologia de *rating* de crédito de curto e longo prazo de instituições financeiras.

Grupo Econômico

Solicitamos informações sobre as atividades mundiais da instituição financeira (quando aplicável) e extra-banco dos acionistas, as decisões estratégicas e o desempenho das principais empresas do grupo. Buscamos identificar o grau de risco que estas atividades podem afetar a instituição financeira, verificar estes vínculos com partes relacionadas, se há problemas nas empresas que obrigam a saída de recursos do banco; se existem mecanismos relacionando o banco e as empresas, de modo a espelhar uma situação patrimonial e financeira favorável na instituição, sendo os problemas colocados em empresas subsidiárias localizadas no país e/ou no exterior, impedindo de enxergar a real situação do banco.

Administração

Analisamos a composição atual e a evolução da estrutura organizacional do banco e sua compatibilidade com as principais atividades da instituição. O grau de centralização nas decisões e a agilidade com que estas são executadas. Medimos a qualificação do corpo de diretores estatutários e executivos de alto escalão, a política de recursos humanos, em termos de clima organizacional, remuneração, benefícios e estabilidade dos colaboradores. Consideramos as mudanças em curso ou necessidade das mesmas face aos desafios exigidos pela competição no setor. O conjunto de princípios e boas práticas de Governança Corporativa, como por exemplo, a presença de um código de ética, responsabilidade social, dentre outros aspectos (para maiores detalhes ver a metodologia de *rating* de Governança Corporativa) foram absorvidos em nossa análise.

Em linha com estas boas práticas, avaliamos a qualidade e a transparência das informações financeiras e gerenciais fornecidas pela instituição, no que toca ao seu conteúdo, frequência, disponibilidade, no tempo e com relação aos seus pares. Do mesmo modo, a abertura das informações contidas nas notas explicativas e o parecer dos auditores independentes.

Estratégia de Médio e Longo Prazos

Buscamos associar o perfil do banco à estratégia em curso, de modo a medir sua consistência com as tendências dos vários segmentos de atividade bancária identificados em nossos estudos setoriais, bem como do entorno regulatório aplicável. Identificamos o posicionamento estratégico dos controladores no mundo (quando aplicável) e no Brasil e o cronograma de implementação das metas estabelecidas na estratégia. Em linha, é avaliada a matriz de produtos e serviços da instituição, sua dependência geográfica e por algum produto ou, alternativamente, sua diversificação de negócios, quais mudanças se encontram em estudo ou em curso, seja na abertura de novas frentes de negócios, seja na

descontinuidade de outras atividades, a fim de medirmos a frequência com que mudanças são realizadas no tempo e a resposta da administração na identificação de cenários adversos e a estratégia de defesa de seu nicho de mercado.

Procuramos avaliar a trajetória de crescimento da instituição, se orgânica e/ou por meio de aquisições, e sua capacidade de constituir parcerias com outros *players*, visando não somente seu crescimento, mas a preservação de sua liquidez, rentabilidade e eficiência. Procuramos avaliar a aderência desta estratégia, em termos de capacitação tecnológica e recursos humanos.

Estrutura Operacional e Gestão das Áreas de Negócios

Em sintonia com a estratégia em curso, buscamos avaliar o modelo de gestão empresarial vigente na instituição, as ferramentas gerenciais utilizadas visando a execução das metas de expansão, presentes no planejamento para o monitoramento e controle das atividades. Da mesma forma, os canais de distribuição (próprios e/ou de terceiros), sua evolução quantitativa e distribuição geográfica, afora as áreas comercial, de tesouraria, de crédito e *compliance*, no que toca às suas estruturas, processos e políticas, também foram reconhecidos.

A política e os processos envolvendo as atividades de crédito são avaliados, passando pela abertura da proposta de crédito, a análise, a alocação individual e setorial, as garantias tomadas, os limites estabelecidos, a aprovação, formalização, acompanhamento dos pagamentos e das garantias e o processo de cobrança. Avaliamos o conteúdo e abrangência das informações cadastrais e financeiras dos tomadores, os sistemas e os modelos de crédito empregados no processo de crédito para pessoas físicas e jurídicas. Buscamos medir a qualidade da análise de cadastro e crédito, em termos de sofisticação e abrangência, a metodologia empregada, o tempo dedicado à análise e a profundidade e aderência dos pareceres dos analistas. Quanto ao processo decisório e de aprovação, medimos seu grau de centralização e a política de alçadas presente na instituição. Atestamos os mecanismos de acompanhamento e revisão de limites dos créditos. Avaliamos as etapas do processo de cobrança e seu histórico de recuperação e a política de provisionamento, segundo critérios internos e em conformidade com a regulação vigente.

Quanto à captação, avaliamos a estrutura de profissionais e os canais de distribuição envolvidos. Avaliamos a estratégia de pulverização das fontes de financiamento, seja no mercado externo, seja no interno, assim como o uso de instrumentos híbridos de capital, abertura de capital e emissão de ações, cessões de crédito e lançamento de fundos de investimento em direitos creditórios. Acompanhamos a evolução das taxas médias de captação.

Em paralelo, avaliamos as funções da tesouraria, seu papel na precificação dos ativos, na proteção dos ativos ao risco de mercado e na gestão de ativos e passivos. Consideramos a qualificação dos profissionais operando nas mesas, o processo decisório de investimento, os limites estabelecidos por papel e instrumento, as alçadas presentes, a organização das mesas de operação, a representatividade de seu resultado no lucro da instituição, a metodologia utilizada para o cálculo de retorno e volatilidade e o método empregado para medir a exposição do banco ao risco de mercado *Value at Risk – VaR* (paramétrico, não paramétrico, Garch), bem como simulações e testes de *stress*. Consideramos as políticas estabelecidas para as atividades da tesouraria segundo as informações fornecidas pelo modelo de gestão de risco de mercado e os testes de *stress* (*stop loss*, *stop gain*). Observamos a relação mantida entre a tesouraria e as atividades de gestão de recursos e de corretagem de valores, em se tratando de conglomerado financeiro. Avaliamos as atividades de *trading* da tesouraria, os mercados de atuação, os ativos e estruturas nos quais se encontra posicionada.

Gestão de Riscos

Os estudos de conjuntura econômica e setorial e as análises qualitativa e quantitativa supra mencionadas servem de base para realizarmos uma avaliação pormenorizada das classes de risco, as quais estão submetidas às instituições financeiras atuando no país. Por constituírem-se em informação atualizada acerca da instituição, se presta como importante subsídio para projetarmos o risco de crédito de médio e longo prazos e, conseqüentemente, emprendermos

as ações do Comitê de Classificação de Risco, materializadas na atribuição inicial, na elevação, manutenção ou rebaixamento de um *rating* de crédito.

Tomamos como pano de fundo para a avaliação das classes de risco propriamente ditas, a filosofia empresarial presente na instituição analisada, buscando, com isso, identificar o padrão ético dos acionistas, dos executivos, disseminado na estrutura organizacional com códigos de ética e de conduta de abrangência e aplicabilidade efetivas. Em sintonia com a estratégia em curso, buscamos medir os meios pelos quais esta é implementada, a velocidade e a forma com que as metas são atingidas e o envolvimento e responsabilidade das partes envolvidas no processo. Neste particular, focamos na qualidade e abrangência dos controles internos e externos a que estão submetidas as várias divisões da instituição. Buscamos avaliar se estes controles encontram-se delimitados às exigências dos órgãos regulatórios ou vão além do requerido, antecipando futuros enquadramentos. Buscamos medir o modelo operacional empregado na instituição, *vis-à-vis* o estado das artes em termos de gestão, governança corporativa, sistemas de informação e controles internos. Neste contexto, avaliamos a existência ou não de uma área de gestão de riscos e sua autonomia e autoridade no controle da estrutura organizacional da instituição. Avaliamos os instrumentos utilizados para medir os riscos envolvidos e as ações disponíveis para interrompê-los e/ou minimizar as perdas. Consideramos as atividades de *compliance* e auditoria interna e os trabalhos realizados pela auditoria externa e pela fiscalização realizada pelas autoridades competentes.

Partindo da apreciação geral acerca deste entorno, damos curso à avaliação das classes de risco discriminadas a seguir:

Risco Político e Regulatório

Opinamos sobre o grau de risco ao qual pode estar exposta a instituição financeira como um todo e a continuidade dos negócios, segundo a plataforma das iniciativas dos governantes, legisladores e Poder Judiciário, adotando uma postura crítica sobre o sistema bancário manifestado em leis, decisões judiciais em prejuízo dos bancos e, culminando em caso extremo, com a estatização do sistema bancário.

Medimos e sinalizamos sobre a probabilidade de vir a ser adotada uma decisão de natureza política pela suspensão, alongamento forçado ou redução no pagamento da dívida pública mobiliária, com reflexo no risco de mercado e solvência das instituições.

Em linha com nossa análise de *rating* soberano, de entes públicos, de Estados e Municípios, opinamos sobre o risco de suspensão temporária ou cancelamento de convênios firmados para a concessão de operações de crédito e/ou prestação de serviços, fraudes e apropriação indébita de recursos a serem repassados às instituições. Segundo sua magnitude e duração, ações de *rating* pontuais são adotadas para as instituições diretamente afetadas.

Nosso parecer e as ações de *rating* são empreendidos segundo o impacto no desempenho e, eventualmente, na solidez das instituições, com mudanças na regulamentação do Banco Central relacionadas à política monetária e financeira (aumento de depósitos compulsórios, tabelamento de juros, direcionamento de créditos para determinados setores), ponderação para efeitos de adequação de capital nos créditos mantidos dentro e fora do balanço, assim como para os demais ativos, nível mínimo de capital para os tipos de instituição atuando no país, regras de classificação e provisionamento de créditos e outros ativos. Da mesma forma, alertamos para mudanças na legislação fiscal aprovadas no Legislativo ou expedidas pela Receita Federal e outras instâncias arrecadoras, como a criação de impostos e contribuições, mudança de alíquotas, redução e/ou eliminação de isenção de pagamentos de tributos e contribuições, como também de natureza trabalhista e cível.

Risco de Crédito

Em princípio, avaliamos a consistência do crescimento das operações de crédito da instituição à luz da conjuntura econômica e dos setores de atividade envolvidos. Atestamos a conformidade ou apontamos falhas na política e na(s) etapa(s) do processo de crédito que potencialmente podem ocasionar ou que tem ocasionado a deterioração na qualidade da carteira. Sinalizamos problemas na concessão, seja por um excesso de centralização na atribuição de

limites e aprovação de operações, seja pela presença de alçadas com elevado grau de decisão. Falhas na seleção, na avaliação e formalização cadastral e nos pareceres de crédito com a abertura e atribuição de limites aquém da capacidade de pagamento dos tomadores, bem como a inadequada formalização cadastral e na tomada de garantias são alertados através de sinais. Sinalizamos a inadequação das garantias *vis-à-vis* o risco atrelado ao pagamento dos empréstimos. No que toca à composição da carteira em linhas gerais, alertamos para a baixa pulverização setorial e individual e, especificamente, a participação de determinados setores considerados mais suscetíveis às variações do ciclo econômico e sujeitos a picos de inadimplência mais acentuados. Em igual medida, apontamos pela deficiência e/ou iliquidez das garantias para cobrir atraso no pagamento das operações de crédito. Em que pese a convergência cada vez maior na classificação de risco de crédito realizada pelas instituições financeiras atuando no Brasil, fazemos menção às eventuais distorções identificadas, levando em conta os segmentos envolvidos, os clientes e as garantias tomadas, da mesma forma, em relação às instituições com perfil similar. Damos especial atenção ao volume de créditos renegociados e o emprego recorrente de cessões de crédito e/ou a utilização de fundos de direitos creditórios como mecanismos que têm como efeito a melhora da qualidade da carteira mantida no balanço da instituição. Em contrapartida, para os créditos cedidos com cláusula de coobrigação, medimos a capacidade da instituição em manter sua coobrigação para efeitos de remuneração do investimento no FIDC e/ou nas cessões realizadas. Avaliação particular é realizada no fluxo de cessões realizadas, quais créditos foram cedidos, seu desempenho e representatividade na produção de crédito feita pela instituição.

Damos atenção à comparação dos indicadores de qualidade de crédito com seus pares e ao parecer dos auditores independentes. No caso de bancos pertencentes a grupos econômicos, buscamos medir a qualidade da carteira em sintonia com a solidez financeira de outras empresas e as atividades individuais dos acionistas.

Com respeito ao risco de crédito envolvendo as operações com títulos e valores mobiliários da tesouraria, alinhamos nossa análise com a avaliação de risco soberano desenvolvida pela equipe da Austin responsável, sinalizando para a capacidade de pagamento do Tesouro Nacional e/ou Banco Central nos papéis emitidos e colocados no mercado aberto, responsáveis pela quase totalidade do lastro das operações compromissadas entre instituições financeiras e fazendo parte da carteira própria da instituição. Para os depósitos interfinanceiros adquiridos pela tesouraria, avaliamos a concentração das aplicações em determinados bancos e fazemos uso dos *ratings* e *scores* a eles atribuídos. Da mesma forma, emissões corporativas de renda fixa e variável mantidas na carteira das instituições recebem o mesmo tratamento em termos de *ratings* e *scores* atribuídos às empresas, quando disponíveis às emissões propriamente ditas. Especificamente no caso de ações, focamos particularmente no risco de crédito envolvido. Considerando que a maioria das operações de tesouraria se realiza através das correspondentes câmaras de compensação, tendo como lastro os papéis negociados, realizamos uma avaliação paralela destas *clearings* e dos agentes de intermediação (corretoras de valores e distribuidoras de valores) e sua capacidade de proceder, adequadamente, com a execução, liquidação e registro das operações e de mitigar riscos individuais e sistêmicos.

No que toca às operações envolvendo derivativos, buscamos inicialmente entender o contexto em que estes se inserem no perfil adotado pela tesouraria (estruturas financeiras para clientes, posições proprietárias e/ou gestão de descasamentos). Buscamos compreender a(s) estrutura(s) envolvida(s), para então avaliarmos o emprego de instrumentos derivativos e os riscos envolvidos. Com foco, da mesma forma, no risco de crédito, medimos o tamanho do valor nominal das exposições individuais, a capacidade financeira das contrapartes envolvidas e a presença de garantias como mitigadores do risco.

Risco de Mercado

Tomamos como premissas as análises de conjuntura e as projeções macroeconômicas elaboradas pela equipe de risco soberano para definirmos a trajetória das taxas de juros, de câmbio e do comportamento dos principais índices da bolsa de valores. Opinamos pelo modelo de gestão de risco de mercado presente na instituição, pela qualidade, precisão e tempestividade das fontes e os procedimentos adotados para alimentar o modelo com informações de mercado (taxa de juros, de câmbio, índice(s) de ações, preços de ações, contratos de derivativos). Buscamos inicialmente apontar sua aderência ou inadequação, como sinalizador de risco e sua eficiência em momentos marcados por *stress* e elevada

volatilidade dos ativos. Julgamos pelo nosso cenário mais provável e de *stress*, e aqueles adotados pela instituição, sua exposição vigente ao risco de mercado e o impacto à solvência da instituição. Em se tratando de um grau de risco significativo ao ponto de, se concretizado o cenário, afetar substancialmente a base patrimonial da instituição, buscamos medir se a política a ser empregada pela tesouraria para minimizar ou neutralizar as perdas potenciais tem capacidade de ter êxito ou não. Dada a velocidade com que estas perdas se traduzem no resultado da instituição, redobramos nossa atenção e monitoramento, sendo as ações de *rating* tempestivamente adotadas. Julgamos pela capacitação dos *traders* na perspectiva de compatibilizar ganhos potenciais com os riscos envolvidos. Apontamos para a inadequação do processo decisório e alçada dos *traders*, capazes de colocar em risco a instituição. Avaliamos o uso de derivativos como elemento mitigador de descasamentos de indexador, moeda e variação no preço das ações. Em se tratando de derivativos atrelados às posições de *trading* proprietárias, medimos seu grau de risco incorporado à posição consolidada em aberto.

Risco de Liquidez

Opinamos preliminarmente sobre a consistência da política de liquidez adotada na instituição, sendo esta capaz de antecipar, com medidas de contingência, períodos marcados por maior insegurança quanto à capacidade das instituições honrarem seus depósitos no prazo acordado. Em geral, independentemente de períodos de maior turbulência, com base na avaliação dos riscos de crédito e de mercado e a análise dos prazos de vencimento das principais operações ativas (créditos e títulos e valores mobiliários), depósitos e demais captações, sinalizamos sobre a possibilidade da instituição manter, e por quanto tempo, um descasamento de prazo negativo. Medimos, neste aspecto, seu relacionamento bancário, sua capacidade de diversificar por esforço próprio as fontes de recursos ou, da mesma forma, fazer uso da securitização de ativos e colocação de papéis junto a fundos de investimento administrados pela instituição ou empresa por ela controlada. Maior ênfase é dada ao conteúdo destas estruturas de securitização, verificando seu enquadramento e proteção aos cotistas e no nível de emissão destes depósitos, em linha com os limites autorizados pelos órgãos de controle.

Na impossibilidade do emprego destes mecanismos alternativos, maior ênfase é empregada na composição da sua captação e a capacidade de renovar as obrigações presentes de terceiros. Avaliamos em detalhes estes ativos, seu valor marcado e seu efetivo grau de liquidez. O período de monitoramento realizado pelos analistas, usualmente em bases trimestrais, no que toca à liquidez especificamente, se estreita ao ponto de medirmos o caixa diário da instituição e as ações de *rating* tornam-se mais apuradas. Em sendo este nível insuficiente, convergimos para este momento da avaliação de risco, nossa opinião acerca da disposição e condições de suporte do(s) acionista(s) em uma primeira instância e a autoridade monetária através de linhas de desconto.

Neste ponto merece ser ressaltada nossa visão sobre a participação do Banco Central, no sentido de evitar que uma crise de liquidez, afetando uma ou algumas instituições, venha a se materializar em uma crise sistêmica de maior gravidade, o que motivaria uma intervenção ou liquidação judicial da mesma. Cabe neste aspecto, como pano de fundo, inserir nossa avaliação acerca da qualidade e acuidade da supervisão bancária antevendo, por meio dos instrumentos de fiscalização disponíveis que as instituições adotem previamente medidas corretivas, evitando com isso a necessidade de uma intervenção da autoridade monetária com conseqüentes danos ao público. Em linha, nos apoiamos uma vez mais nas análises da conjuntura política, econômica e social em âmbito local e internacional, realizada pela equipe de risco soberano, para medir seu impacto no setor bancário com um todo, sua liquidez e solvência, tendo, no entanto, o devido cuidado para saber diferenciar as situações, uma vez que em determinadas crises, preservado o sistema bancário na sua função de manter a poupança financeira da economia, recursos migrando dentro do sistema ampliam a liquidez de determinadas instituições em detrimento de outras, o que diferencia o grau de risco das instituições em momentos de normalidade.

Risco Operacional

Em linha com a filosofia empresarial adotada, com o emprego efetivo de um código de conduta e de ética e de uma política de recursos humanos, opinamos sobre as atividades de controles internos disseminada no banco (matriz e agências no país e no exterior) e suas controladas (corretora, distribuidora, empresa de arrendamento mercantil, seguradora, administradora e gestora de recursos de terceiros, serviços de custódia, administradora de cartões de crédito, correspondentes bancários, promotoras de vendas, etc.). Julgamos pela qualidade e profundidade destes controles para fazer frente ao risco de fraudes, falhas, omissões, de natureza operacional. Em linha com a análise prévia da estrutura organizacional, do dimensionamento no número e qualificação dos colaboradores e a eficiência dos processos e rotinas de trabalho das várias divisões da instituição e suas controladas, bem como do parque tecnológico e sistema de ferramentas informáticas disponíveis e o processo decisório, opinamos sobre a estrutura e as rotinas de *compliance* e auditoria interna da instituição. Avaliamos a política de segurança da informação e a consistência de um plano geral contemplando as várias contingências necessárias de serem atendidas. Apontamos determinados fatores de risco que podem, face a sua debilidade de controle, vir a afetar potencialmente a instituição. Segundo a recorrência e persistência deste aspecto, manifestamos nossa opinião através de uma ação de *rating* condizente ao grau de risco da situação. Solicitamos informações sobre adequação à Basiléia II.

Risco de Imagem

Avaliamos inicialmente o grau de conscientização da instituição com esta classe de risco. Em linha com a cultura de *compliance*, damos atenção aos cuidados adotados com o conhecimento de seu cliente e a postura de seus colaboradores. Tentamos medir e sinalizar aspectos importantes que podem prejudicar a continuidade dos negócios capazes de comprometer a reputação da instituição na captação de recursos e na intermediação financeira. Aspectos da vida pessoal e/ou na postura profissional do(s) acionista(s) e/ou diretor(es) ou de seus colaboradores, relacionamentos não recomendados, usando tráfico de influência, corrupção, com o poder político e, alternativamente, relação com o crime organizado, sonegação fiscal, com situações que sejam vistas como racismo e outras classes de discriminação, crime contra a natureza, etc., são medidos e, segundo sua gravidade, ao ponto de afetar por um período contínuo os negócios da instituição, são objeto de ação de *rating* pelo Comitê de Risco.

Classificação da Austin Rating

Solidez Financeira

- AAA** O banco apresenta solidez financeira intrínseca excepcional. Normalmente trata-se de grandes instituições, dotadas de negócio seguro e valorizado, excelente situação financeira atual e histórica. O ambiente empresarial e setorial pode variar sem, contudo, afetar as condições intrínsecas de funcionamento do banco. O risco é quase nulo.
- AA** O banco apresenta solidez financeira intrínseca excelente. São instituições dotadas de negócio seguro e valorizado, boa situação financeira atual e histórica. O ambiente empresarial e setorial pode variar sem, porém, afetar as condições de funcionamento do banco. O risco é irrisório.
- A** O banco apresenta solidez financeira intrínseca boa. São instituições dotadas de negócio seguro e valorizado, boa situação financeira atual e histórica. O ambiente empresarial e setorial pode variar sem, porém, afetar as condições de funcionamento do banco. O risco é muito baixo.
- BBB** O banco apresenta solidez financeira intrínseca adequada. Normalmente são instituições com ativos dotados de cobertura. Tais bancos apresentam situação financeira razoável e estável. O ambiente empresarial e setorial pode ter uma variação mais acentuada do que nas categorias anteriores e apresenta algum risco nas condições intrínsecas de funcionamento do banco. O risco é baixo.
- BB** O banco apresenta solidez financeira intrínseca regular. Apresenta parâmetros de proteção adequados, mas vulneráveis às condições econômicas, gerais e setoriais, que podem afetar as condições intrínsecas de funcionamento do banco. O risco é médio.
- B** O banco apresenta solidez financeira intrínseca regular. Apresenta parâmetros de proteção adequados, tem uma vulnerabilidade grande às condições econômicas, gerais e setoriais, que pode afetar as condições intrínsecas de funcionamento do banco. O risco é médio.
- CCC** O banco apresenta baixa solidez financeira, exigindo eventual assistência externa, apresenta uma vulnerabilidade muito grande às condições econômicas, gerais e setoriais, que podem afetar as condições intrínsecas de funcionamento do banco. O risco é alto.
- CC** O banco apresenta baixa solidez financeira, exigindo eventual assistência externa, apresenta uma vulnerabilidade muito grande às condições econômicas, gerais e setoriais, que podem afetar as condições intrínsecas de funcionamento do banco. O risco é muito alto.
- C** O banco apresenta péssima solidez financeira, exigindo eventual assistência externa. Tais instituições estão limitadas por um ou mais dos seguintes elementos: negócio de questionável valor; condições financeiras deficientes; e um ambiente empresarial altamente desfavorável. O risco é altíssimo.

A escala de rating de crédito de longo prazo prevê a utilização dos diferenciadores + (mais) e – (menos) entre as categorias AA e B. Estes diferenciadores servem para identificar uma melhor ou pior posição dentro destas categorias de rating.

Questionário para visita e elaboração de relatório de Rating de Bancos

Estratégia

Histórico da empresa
Perfil de atuação, objetivos da empresa
Estratégia em curso

Controle Acionário

Composição
Últimas alterações

Administração

Diretores Estatutários
Diretores Executivos
Níveis hierárquicos
Processos de controle
Evolução do número de funcionários e agências

Administração do crédito

Segmento(s) específico(s) onde atua
Processo de análise de crédito para pessoa física e pessoa jurídica
Garantias
Descrição da política de alçadas
Controles e acompanhamentos
Descrição do processo de cobrança e recuperação de créditos com problemas
Histórico de créditos com problemas
Metodologia de classificação pela Res. 2682
Nível de concentração por empresas (por porte do cliente, setores, região)
Qualidade do portfólio / Concentração por porte do cliente, setores, região
Base (período)
Volume de produção mensal durante o ano de 2006 (Pessoa Jurídica e Pessoa Física)
20 maiores tomadores
20 maiores tomadores com atraso superior a 60 dias
Volume de operações com atraso superior a 60 dias

Administração da Tesouraria / *Funding*

Descrever a política de tesouraria
Quais as modalidades de aplicação do caixa
Como se compõe a captação;
Adequação de prazos, taxas e indexadores. Quais os controles e instrumentos de correção de desvios
Controles de Risco de Mercado existentes e/ou em implantação: metodologia e funcionamento
Política de *Gaps / Stop Loss* existentes

Relação com o Banco Central
Perfil dos operadores: experiência e *know-how*
Atuação da Tesouraria em nível internacional

Compliance

Estrutura da área de *Compliance* e auditoria interna
Administração do risco operacional

Desempenho recente

Comentários sobre o resultado mais recente
Dúvidas surgidas na análise das demonstrações contábeis

Administração de Fundos (quando aplicável)

Tipos de fundos existentes
Público-alvo
Metodologia de avaliação e escolha dos ativos
Método de avaliação de risco-retorno das carteiras
Processo de revisão das carteiras
Evolução do patrimônio, volatilidade e retorno dos fundos

Área Internacional (quando aplicável)

Agência(s) no exterior: local e tipos de atividade
Produtos e serviços
Estrutura de captação e aplicação de recursos: prazos, moedas, taxas

Área de *Corporate Finance* (quando aplicável)

Forma de atuação
Produtos e Serviços

Peer Group Analysis

Instituições concorrentes para a formação de referências (*benchmarks*)

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Austin Rating

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110 - 7º andar - Cj. 73 - Itaim - São Paulo - SP – Brasil
Telefone: (11) 3377-0707 / Fax: (11) 3377-0739 / 3377-0740
www.austin.com.br